

2

Segregação sócio-espacial – o exemplo de Campo Grande – RJ

Este primeiro capítulo subdivide-se em três partes. A primeira tem a pretensão de demonstrar a expansão da cidade do Rio de Janeiro de acordo com os momentos do desenvolvimento capitalista, indicando o modelo de produção que a urbe carioca achava-se em cada momento e as formações espaciais que se engendraram bem como as interações entre estas. Esta abordagem inicial se faz pertinente com o intuito de percebermos as espacialidades pretéritas que se tornaram condições para momentos subsequentes originando uma composição diversificada tanto ao considerarmos a escala da cidade como interna ao bairro em estudo. A segunda parte propõe uma discussão quanto a processos e práticas espaciais destacando a segregação, conceito que compõe um dos suportes da pesquisa. Por último, através de dados estatísticos, pretende-se exemplificar este processo na cidade tendo como foco principal, o bairro de Campo Grande.

2.1

Campo Grande – a marcha da cidade do Rio de Janeiro rumo ao oeste

Nesta parte, ao considerar as postulações de Smith (1998), pretende-se exemplificar através da expansão do espaço urbano carioca e as relações intraurbanas de suas partes funcionais “as tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização que determinam a produção capitalista do espaço” que surge no “âmago da produção capitalista” e inscreve-se na paisagem como um “padrão de desenvolvimento desigual” (p.149). Em suas postulações, o autor abordou quanto a causa da diferenciação espacializada ser a divisão do trabalho em suas variadas escalas mas também a divisão do capital em seus diversos setores. Diante disto, podemos percorrer sobre as diferenciações produzidas diante da especulação imobiliária que, com a participação de vários agentes que interferem na produção do espaço (Estado, especulador imobiliário, proprietário de terras) foram criando, de acordo com interesses de acumulação do capital, meios para diferenciar áreas destinadas às camadas sociais de acordo com as suas possibilidades de aquisição de uma mercadoria chamada terra, seja para

especulação ou moradia. Entendem-se estas áreas diferenciadas como mosaicos (HARVEY, 2004, p.111) que expressam diferenças geográficas como legados históricos e geográficos reproduzidos, sustentados e reconfigurados por processos políticos e econômicos.

Neste momento da pesquisa será feita uma associação entre o processo de segregação sócio-espacial com os investimentos em transporte público no Rio de Janeiro de forma tão diferenciada ratificando as desigualdades preteritamente construídas. Sendo assim, as diferenciações, melhor dizendo, as desigualdades espaciais apontadas nesta exposição são apresentadas como segregação sócio-espacial, processo engendrado no contexto de um processo em escala maior e mais abrangente, qual seja, o processo de acumulação capitalista.

Portanto, é feita uma retroação anterior ao recorte temporal indicado até aqui na pesquisa com o propósito de compreender o desenvolvimento desigual interno ao bairro em estudo. Sendo assim, retomam-se alguns marcos históricos considerados importantes para contextualizar o bairro de Campo Grande de acordo com o modo de produção capitalista do espaço. Conforme Santos (1997), um lugar em um determinado momento é o resultado de diversos elementos em níveis diferentes. Resultados que se tornam resultantes em processos dinâmicos interferindo no devir, dando especificidade ao lugar. Também Harvey (2006), quando disserta que um ponto no espaço não é somente um ponto. Há uma variedade de influências díspares que rondam sobre o espaço no passado, presente e futuro, concentrado e congelado num certo ponto para definir a natureza deste. Por isso, a necessidade de retroagir e buscar elementos que demonstrem tanto a diversidade de ocupação no bairro em estudo quanto a sua especificidade.

Sendo assim, a área em que se encontra este bairro teve a função rural até a década de 1960, sendo considerado após este tempo como incorporado à malha urbana. Esta mudança se expressa em diversos fatores relacionados, o uso do solo, a disponibilidade de infra-estrutura urbana e de vias de acesso e transporte público, que foram assim constituídos de acordo com interesses capitalistas a cada momento.

Considerando algumas vias de acesso que foram construídas entre a área de estudo e a Área Central da cidade carioca, estas são elementos artificiais estruturadores constituídos de acordo com necessidades da sociedade ao passo que

se modificava sua estrutura e contexto sócio-econômico de acordo com o desenvolvimento desigual capitalista.

Desde o início da colonização, o “Campo Grande”¹ achava-se ligado à Área Central carioca, a princípio por trilhas abertas, que eram menos do que caminhos. Estas trilhas formaram estradas e compõem a antiga Estrada Real de Santa Cruz. Outra via de acesso importante foi decisiva para o incremento da ocupação da área, a ferrovia. O ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil inaugurado em 1878 partia de Deodoro até o Matadouro de Santa Cruz, sendo que o bairro de Campo Grande teve a sua estação ferroviária construída em 1878 (Foto 2.1).

Foto 2.1 – Estação ferroviária de Campo Grande – RJ



Fonte: Site – Estações Ferroviárias do Brasil, autor: Anderson (2008).

No século XX, num contexto de industrialização do país, foi construída a Avenida Brasil no ano de 1946. Esta via surge sobre aterros na altura de Manguinhos possibilitando mais uma ligação entre a Zona Oeste e a Área Central para o escoamento de produtos agrícolas, possibilitando a instalação de indústrias e um processo mais acelerado de ocupação.

¹ É importante ressaltar que, o bairro em estudo fazia parte de uma localidade conhecida como o Campo Grande, não o bairro atual de mesmo nome, mas, uma área cuja extensão geográfica estava entre a serra do Gericinó e as serras da Tijuca, Pedra Branca, Bangu e Cabuçu (FRÓES e GELABERT, 2004, p. 92).

Diante do exposto, é notório o suporte das vias de acesso como meio técnico que, ao propiciar fluxos e interações entre áreas afastadas promoveram a estruturação e influenciou a forma de acordo com as funções por causa da maior acessibilidade desenvolvida. Assim, podemos afirmar que o atual bairro de Campo Grande possui três principais vias de acesso: o ramal de Santa Cruz da atual Supervia (antigo ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil), a Av. Brasil, e a Av. Cesário de Melo que, junto com a Av. Santa Cruz fazem parte da antiga Estrada Real de Santa Cruz.

As vias de acesso entre o que era cidade do Rio de Janeiro e “o Campo Grande” se efetivaram diante da função² que a última exercia em relação à primeira. Uma destas funções era ser zona rural produtora de alimentos e culturas agrícolas que tinham peso econômico a cada época, no contexto agro-exportador. Embora palco de diversas culturas, nas primeiras décadas do século XX, a área em estudo era produtora de laranja³ visando à exportação. Esta consideração regressiva é importante para evidenciar as mudanças que possibilitaram outras subsequentes. Por exemplo, naquela época houve a subdivisão de fazendas e chácaras em pequenas propriedades, possibilitando a pessoas que vinham de outros estados do país pudessem desenvolver a chamada pequena lavoura. Neste momento histórico, a área passa por modificações em sua forma, de acordo com novas dinâmicas relacionadas aos interesses capitalistas exteriores ao local, promovendo adensamento e condições para novos momentos que substanciaram as diferenciações que serão trabalhadas.

Com a queda da citricultura, na década de 1930, há o incremento da especulação imobiliária. As pequenas propriedades foram divididas em lotes que estavam ao alcance de pessoas que migravam de diversas áreas do estado do Rio de Janeiro ou operários e funcionários que não tinham condições de morar próximo à área central. Observa-se assim uma nova modificação na forma atrelada a industrialização do país, na qual a área central deveria ter um aspecto moderno e higiênico, expulsando assim as classes mais pobres que, com a

² Maior detalhamento entre forma e função, vias de acesso relacionando Campo Grande bem como o restante da cidade do Rio de Janeiro, observar a monografia de pós – graduação *Latu Senso*: Menezes, Vânia Regina da Silva (2006).

³ Existem várias esculturas em Campo Grande em memória da fase da citricultura no bairro como denota a foto 2.2.

disponibilidade de transportes ocupariam localizações mais distantes como a zona rural (ABREU, 2006), e neste sentido, estava incluído o Campo Grande.

Foto 2.2 – Escultura de laranja em memória a este cultivo – Campo Grande, RJ.



Autor: Vânia Regina – em 07/08/09.

A chamada zona rural manteve suas características até a década de 1960. Neste ponto são interessantes as postulações de Smith (1998) em que, tanto a diferenciação como a equalização, são tendências inerentes ao capitalismo que podem ser observadas na relação cidade-campo. Nas palavras do autor (p.165):

Na medida em que o desenvolvimento capitalista nivela a dicotomia cidade-campo e, desse modo, destrói o fundamento de sua própria história econômica, ele prepara o caminho não somente para sua própria derrota, mas também para o desenvolvimento de uma história econômica completamente nova, construída sobre um novo fundamento.

Sendo assim, ao ser incluída no tecido urbano carioca, a área em estudo passou por modificações na sua forma e função em virtude de dinâmicas capitalistas de contexto extralocal, deixando de ser predominantemente rural, sendo urbana cuja função primordial mostrou-se ser residencial, a princípio, para uma camada social com menor poder aquisitivo e, atualmente, para uma classe mais abastada evidenciadas nos tipos de construção.

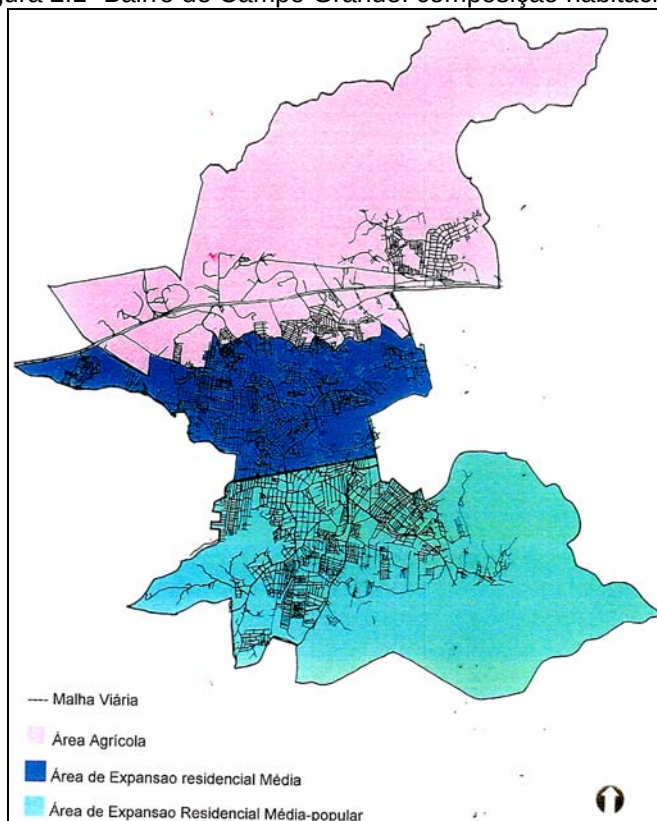
Seguindo o modelo econômico urbano-industrial, a construção da Avenida Brasil tinha por objetivo possibilitar a industrialização nas áreas de sua extensão,

sendo assim, data de 1939 e 1945 a instalação de algumas indústrias no bairro em estudo. Em 1975 criou-se um Distrito Industrial neste bairro com uma área de 2,5 Km² localizada no KM 43 da Avenida Brasil. Com a industrialização e demanda por moradias surgiram conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos e irregulares até a década de 1980. A partir de 1990, os loteamentos ocorrem através de incorporadores e especuladores regulares, uma produção imobiliária com características totalmente capitalista, conferindo a Campo Grande uma aparência bastante diversificada na atualidade⁴.

Segundo Macedo (2002, p.106), Campo Grande apresenta uma configuração interna bastante diversificada, explicada com o histórico desenvolvimento desigual do espaço nos moldes capitalista. A autora classifica cada parte do bairro da seguinte forma (Figura 2.1): primeiramente este possui ainda uma área agrícola que vem se tornando cada vez mais rara caracterizada pela baixa densidade ocupacional e grandes áreas vazias. Todas estas situadas nas porções norte e nordeste do bairro perto do maciço do Mendanha. O Centro de Campo Grande é sua área de concentração de atividades comerciais e de serviços, com boas condições de infra-estrutura tendo uma periferia ao sul em que predomina o uso residencial de ocupações variadas caracterizadas pela produção de loteamentos populares com autoconstrução que a autora denomina “área de expansão residencial médio-popular”. Este padrão permanece conforme se distancia do núcleo do bairro, o centro comercial e área mais dinâmica. Apresenta também, carência de determinadas infraestrutura e serviços urbanos e a presença de conjuntos habitacionais e favelas. Outra área interna ao bairro é a de expansão residencial média ao norte da estrada de ferro com processo de ocupação intensa para uso residencial em que configura um padrão pouco diversificado na forma das residências. Segundo a autora, existe nesta área uma produção intensa de moradias voltadas para classe média com infra-estruturas bastante favoráveis o que estimula a expansão desta produção de cunho empresarial de moradias destinadas a esta camada da sociedade.

⁴ Os aspectos de ocupações habitacionais em Campo Grande que configuram diversidade ao bairro serão melhor trabalhados no capítulo 3 desta pesquisa.

Figura 2.1 -Bairro de Campo Grande: composição habitacional



Fonte: Macedo (2002).

Isto posto, a ocupação do espaço de Campo Grande no decorrer de vários contextos econômicos deu-lhe uma característica heterogênea no que diz respeito à composição habitacional, instigando a necessidade de considerações a respeito do conceito de segregação sócio-espacial a seguir.

2.2

Segregação sócio-espacial – algumas considerações

De acordo com o desenvolvimento geográfico desigual, Harvey (1980, p.5) expressa que é através das práticas sociais que se pode apreender “a natureza do espaço e as relações entre processo social e formas espaciais”. Neste momento então, cumpre compor algumas discussões quanto ao processo espacial de segregação engendrado através da reprodução da sociedade capitalista.

Ao considerar a segregação em seus variados aspectos, suas causas e consequências, agentes sociais, percebemos diversas postulações sobre este conceito. Entre estes, destacaremos alguns autores, por exemplo, Villaça (2001) argumenta que o padrão mais conhecido de segregação metropolitana brasileira é

o de centro x periferia, onde o primeiro é dotado da maioria dos serviços urbanos (públicos ou privados) e ocupado por classes de alta renda. A periferia, longínqua, “subequipada é ocupada predominantemente por excluídos” (p. 143). Importante destacar nas postulações do referido autor que, estudar a segregação como um processo é “fundamental para compreender a estrutura espacial intraurbana”. Processo este em que as classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* na metrópole [grifo do autor] (VILLAÇA, 2001, p. 141, 142).

Diante de discussões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho quanto ao padrão de segregação que a cidade do Rio de Janeiro apresenta, cabe destacar ainda outras afirmações do referido autor no qual considera que o fato de não haver a “presença exclusiva de camadas da mais alta renda em nenhuma região geral na metrópole” não invalida o padrão núcleo – periferia ou, centro-periferia. Villaça (2001, p. 143) a respeito do assunto postula:

Nada disso altera a tendência à concentração das camadas de mais alta renda naquelas regiões. (...) O que determina, em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole.

A importante contribuição, para esta pesquisa, das postulações de Villaça (2001) está no fato deste discorrer da segregação como um processo e tendência, e que esta é necessária “à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (p. 143).

Considerando a segregação residencial como “uma expressão espacial das classes sociais”, Corrêa (2002) relaciona-a ao “diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e localização”. Desta forma, confere as diferenças de tipo e localização ao fato da habitação possuir “valor de uso e valor de troca”, uma mercadoria sujeita ao mercado e que depende de outra mercadoria que é cara, “a terra urbana”, gerando assim um processo de exclusão da população mais carente a seu acesso. Aborda ainda que, a diferença de localização da residência reflete em primeiro lugar “o diferencial de preço da terra e varia de acordo com a acessibilidade e amenidades” (1999, p. 61- 64).

Numa consideração da organização interna da cidade, Souza (2003) aborda que no Brasil, a variável renda é a principal definidora da diferenciação dos espaços residenciais, mas, não a única, uma vez que estes espaços diferenciados refletem as diferenças entre grupos sociais, “diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. (...) determinando, ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver” (p. 67).

Sobre os fatores que resultam na segregação residencial, o referido autor aponta as diferenças de classe e o papel do Estado em criar disparidades no fornecimento de infra-estruturas. De modo que Souza (2003, p. 84) afirma que “a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição de riqueza socialmente gerada e poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades”.

A importante contribuição de Lago (2000) para a abordagem que se apresenta está nas suas considerações sobre o outro padrão de segregação urbana apontando este como consequência da crise e reestruturação econômica e estatal que o país perpassa desde a década de 1980. A autora aborda a localização das classes sociais opondo o padrão desigual integrado centro-periferia ao novo padrão fragmentado/excludente. Quanto ao primeiro, argumenta que este padrão imperou até os anos 80 numa configuração espacial em que havia concentração de emprego e moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos urbanos de serviços nas áreas centrais em detrimento dos espaços periféricos carentes de forma geral.

Aponta que este padrão era forma e condição de integração dos trabalhadores pobres como consumidores fundiários junto com a omissão do poder público em conferir pouca ou nenhuma regulação quanto ao uso do solo nas áreas mais afastadas do centro da urbe carioca e que, com poucos investimentos em equipamentos de serviços, atribuía baixo valor a terra tornando-a acessível aos setores da população de baixa renda. É notório nesta fase, a venda e a compra de lotes clandestinos e/ou irregulares somados a autoconstrução caracterizando as áreas periféricas como moradia para a baixa renda.

Nas décadas de 80 e 90, a mesma lógica segregadora se amplia ao se expandir o mercado empresarial e de serviços para a classe média em áreas

periféricas, destacando-se que, primeiro a ação empresarial e depois a ação pública de regulação e regularização fundiária ia a reboque do capital. De modo que, nesta fase já se apresenta uma configuração espacial que irá se reforçar após a crise, ou seja, a proximidade espacial de pobres e ricos na periferia dando um novo aspecto ao tema da segregação urbana.

O novo padrão de segregação urbana, conhecido como fragmentado/excludente, reduz a escala e aproxima ricos e pobres, ao passo que diminui as interações dos grupos sociais distintos motivados e “justificados” pelo medo da violência. Esta nova configuração se viabiliza por causa do aumento das desigualdades de renda e exclusão social diante das reestruturações econômicas e políticas. Conforme aborda Lago (2000, p. 145), durante e após a crise da década de 1980 houve a redução média de salários, “(...) a precarização das relações de trabalho (...) a substituição dos empregos de carteira assinada pelos empregos sem carteira ou por trabalho por conta própria (...) mais vulnerabilidade quanto a estabilidade do trabalho”.

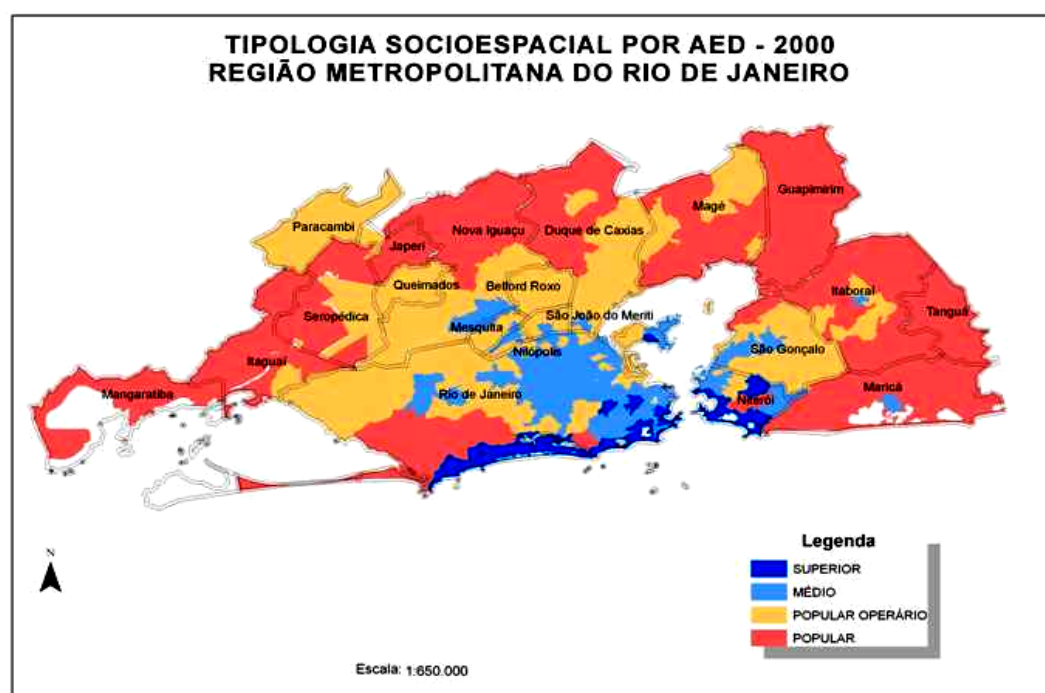
A alternativa para segmentos sociais médios era as “áreas mais distantes em condomínios fechados (...) fora das áreas centrais devido ao baixo valor da terra”. O resultado é a existência de condomínios nobres e fechados com muros, guaritas etc. ao lado de favelas, loteamentos de autoconstrução até mesmo em espaços periféricos onde o acesso à mercadoria fundiária é mais acessível.

Entre as tendências quanto à segregação da cidade do Rio de Janeiro após os anos de 1980, a autora aponta: diversificação na periferia pelo aumento significativo das categorias médias sem alterar o elevado peso de proletários; e proletarização de áreas operárias devido a precarização das condições de trabalho como, por exemplo: as favelas espalhadas por todo o tecido urbano carioca (LAGO, 2000, p. 151-156). Porém, com todo o respeito às considerações da autora, até que ponto percebemos nos processos espaciais que são dinâmicos, continuidades e rupturas? Ou seja, até que ponto se pode observar tanto o modelo centro-periferia como o fragmentado/excludente?

Em um de seus textos (2007a), a autora aborda que o primeiro modelo, centro-perifeira, se pautava na dimensão espacial das desigualdades de acesso ao trabalho e a moradia, e a bens e serviços urbanos. Enquanto no outro modelo,

fragmentado/excludente, houve o foco no efeito das novas configurações espaciais (condôminos, favelas etc.) sobre as formas de interação entre os diferentes. Relacionando local de moradia e trabalho bem como a composição socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, utiliza o mapa 2.1 a seguir mostrando uma exemplificação do segundo padrão de segregação⁵. Surge a pergunta: ainda se percebe, analisando esta figura, a permanência do modelo dual? Não estariam as pautas dos dois padrões em recorrência?

Mapa 2.1 – Tipologia socioespacial por AED – 2000



Fonte: IBGE. Elaboração: Observatório das Metrópoles (2000).

Considerando o mapa acima, podemos notar, com algumas modificações em relação ao que foi trabalhado por Abreu (2006), como será considerado mais adiante. No caso da cidade do Rio de Janeiro hoje existe: a predominância da tipologia de nível superior na Zona Sul, Barra da Tijuca e Recreio, e algumas áreas na Zona Norte; a tipologia média em amplas áreas da Zona Norte carioca e

⁵ Explicitando as tipologias socioespacial utilizadas no mapa 2.1, Lago (2007, p. 9) observa que foram desenvolvidas baseadas em dados censitários de 1980-2000 através de uma análise fatorial entre as categorias sócio-ocupacionais pelas áreas desmembradas da metrópole do Rio de Janeiro chegando a oito tipos socioespaciais: superior, superior médio, médio, médio inferior, operário, popular operário, popular e popular agrícola. Na figura citada, a autora trabalha com quatro englobando estes oito com o objetivo de relacionar a composição sócio-ocupacional de cada área com o todo da metrópole. Ainda, estas categorias envolvem tipos de ocupação envolvendo desde grandes empresários até agricultores.

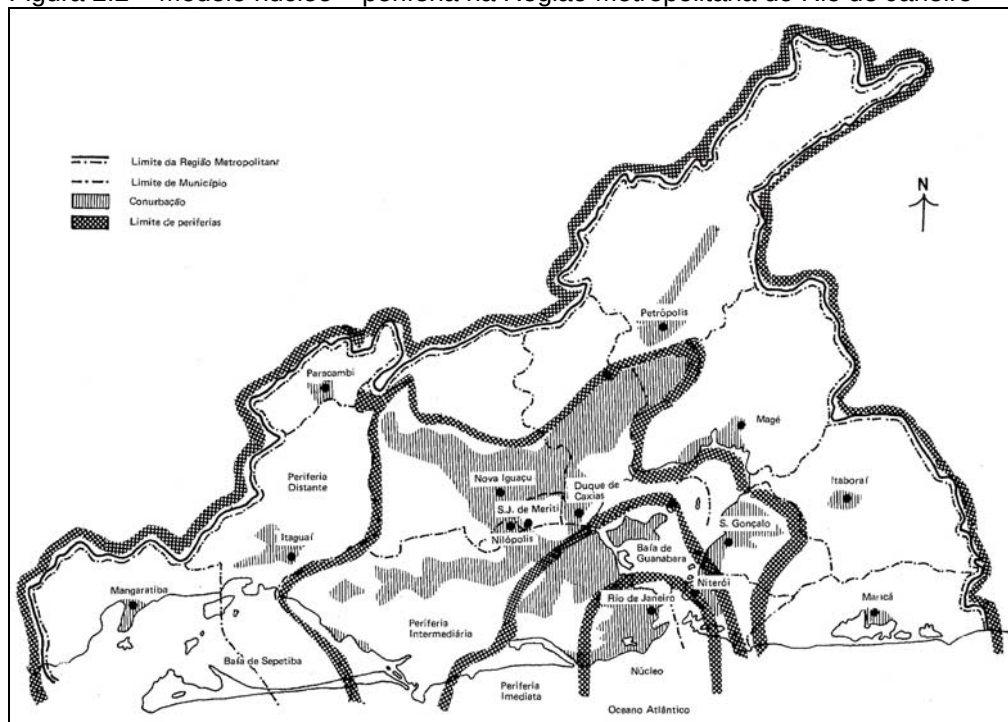
no centro de Campo Grande; e a tipologia popular e operária se espalhando pelo restante da Zona Oeste que abrangem as áreas desde Deodoro até Santa Cruz e Guaratiba, incluindo a maior parte do bairro de Campo Grande. Nota-se que os dois modelos podem ser trabalhados de acordo com o foco do trabalho, ou ainda, em concomitância. Reafirmando as palavras de Villaça (2001), em Campo Grande, de acordo com a tipologia exemplificada pela autora supracitada, predomina a classe popular e operária, evidenciando assim o modelo dual explorado nesta pesquisa, enquanto que, observa-se também a situação do outro modelo analítico através da composição diversificada do bairro.

Conforme figura 2.2, Abreu (2006) trabalhou com círculos evidenciando o núcleo e os diferentes tipos de periferia na metrópole do Rio de Janeiro de acordo com a sua composição social: o primeiro círculo, o núcleo (ou centro) formado pela área comercial e financeira central (o antigo core histórico da cidade) e suas expansões pela orla da zona sul. O segundo círculo, a periferia imediata, composta pelos subúrbios mais antigos da urbe carioca que se formaram ao longo das estradas de ferro e a zona norte de Niterói. Inclui a faixa da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que no ano em que foi feito os estudos pelo autor, apresentava um caráter periférico, porém, com uma ocupação insipiente na época de classes de alta renda, indicando que esta área comporia também, futuramente o núcleo metropolitano (p.18). O terceiro círculo, a periferia intermediária constituída pelos municípios conurbados adjacentes à cidade do Rio de Janeiro e o restante da Zona Oeste deste município, da qual Campo Grande faz parte. Finalmente o quarto círculo, a periferia distante, a área mais afastada e contiguamente urbanizada da metrópole carioca.

Avaliando o mapa 2.1 e a figura 2.2, podemos inferir que a segregação sócio-espacial sendo um processo dinâmico, no decorrer do tempo, apresenta rupturas e continuidades. Entre as rupturas podemos mencionar a necessidade de observar além do padrão clássico de segregação centro-periferia por este não contemplar novas dinâmicas sócio-espaciais como a proximidade espacial concomitante ao distanciamento social observado em muitas cidades brasileiras exemplificada entre as áreas de ocupação popular ao lado de condomínios de luxo, os enclaves, observados assim, pelo padrão fragmentado/excludente. Quanto às

continuidades, o padrão dual permanece tendo a Área Central da cidade do Rio de Janeiro, com algumas modificações porque hoje podemos incluir Barra da Tijuca e Recreio, além do centro e Zona Sul. Em relação com o restante da cidade, esta expressa concentrações que ratificam o padrão centro - periferia.

Figura 2.2 – Modelo núcleo – periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Abreu (2006).

Em conformidade com os autores acima, Manfredo (2007, p. 3) relaciona estudos sobre o fenômeno da metropolização brasileira destacando a década de 1980 como tendo “significativas mudanças na dinâmica econômica, social e demográfica, com profundas implicações sobre a urbanização e redistribuição da população no espaço”. Quanto às mudanças, a autora observa que se antes a

(...) estrutura estatal brasileira constituída a partir dos anos 30 – marcada, (...) pela valorização do trabalhador inserido no mercado formal de trabalho, pela intervenção do Estado no mercado e nas atividades econômicas e, pelo reconhecimento, mesmo que limitado, de direitos sociais – persistiu nos seus aspectos fundamentais até o final dos anos 80, passando, desde então, a ser sistematicamente desmontada.

De acordo com Maricato (2002), nos anos 90 o Governo Federal seguia à risca a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a suspensão dos serviços públicos em setores sociais estratégicos como energia e saneamento e

também no financiamento habitacional e urbano. Deste modo Manfredo (2007, p.3) discorre que o “(...) histórico processo de desigualdade social brasileiro, juntamente com a estagnação da economia iniciada a partir da década de 80 (...) contribuíram para uma maior concentração de renda e gradual empobrecimento da população (...)”.

Após estas últimas considerações torna-se claro que a segregação sócio-espacial é um produto que se efetiva amplamente no espaço urbano e é consolidado através do tempo por causa de diversos ditames sociais, político, econômico e cultural, tendo como agentes efetivos o Estado e as diversas subdivisões do capital, em especial o imobiliário e no caso da segregação residencial, é a expressão mais evidente da segregação sócio-espacial.

Surge uma indagação, apesar das proposições de Lago (2007a, p. 278) quanto à contraposição entre os dois padrões de segregação, ainda não continua uma concentração de emprego, moradia de classe média e superior, equipamentos e serviços urbanos de melhor qualidade na área central, justificando assim o padrão centro-periferia? Os dois padrões não poderiam ser trabalhados juntos? Uma vez que se deve considerar as rupturas e permanências na conformidade espacial da segregação na atualidade, estes modelos de análise da segregação espacial em separado se constituem reduções que não abarcam sozinhos toda uma realidade, são somente, e tão somente, modelos analíticos.

Neste contexto, ainda pode-se afirmar que os dois padrões de segregação abordados, o padrão desigual integrado centro-periferia e o novo padrão fragmentado/excludente são visões de segregação que não se excluem uma vez que podem ser trabalhados simultaneamente de acordo com a escala. Neste momento da pesquisa tem a pretensão de observar o bairro de Campo Grande principalmente com respeito ao padrão centro-periferia pelo fato de se trabalhar com a relação entre o recorte em estudo e a cidade do Rio de Janeiro, e a distribuição desigual de infra-estrutura de transporte público.

2.3

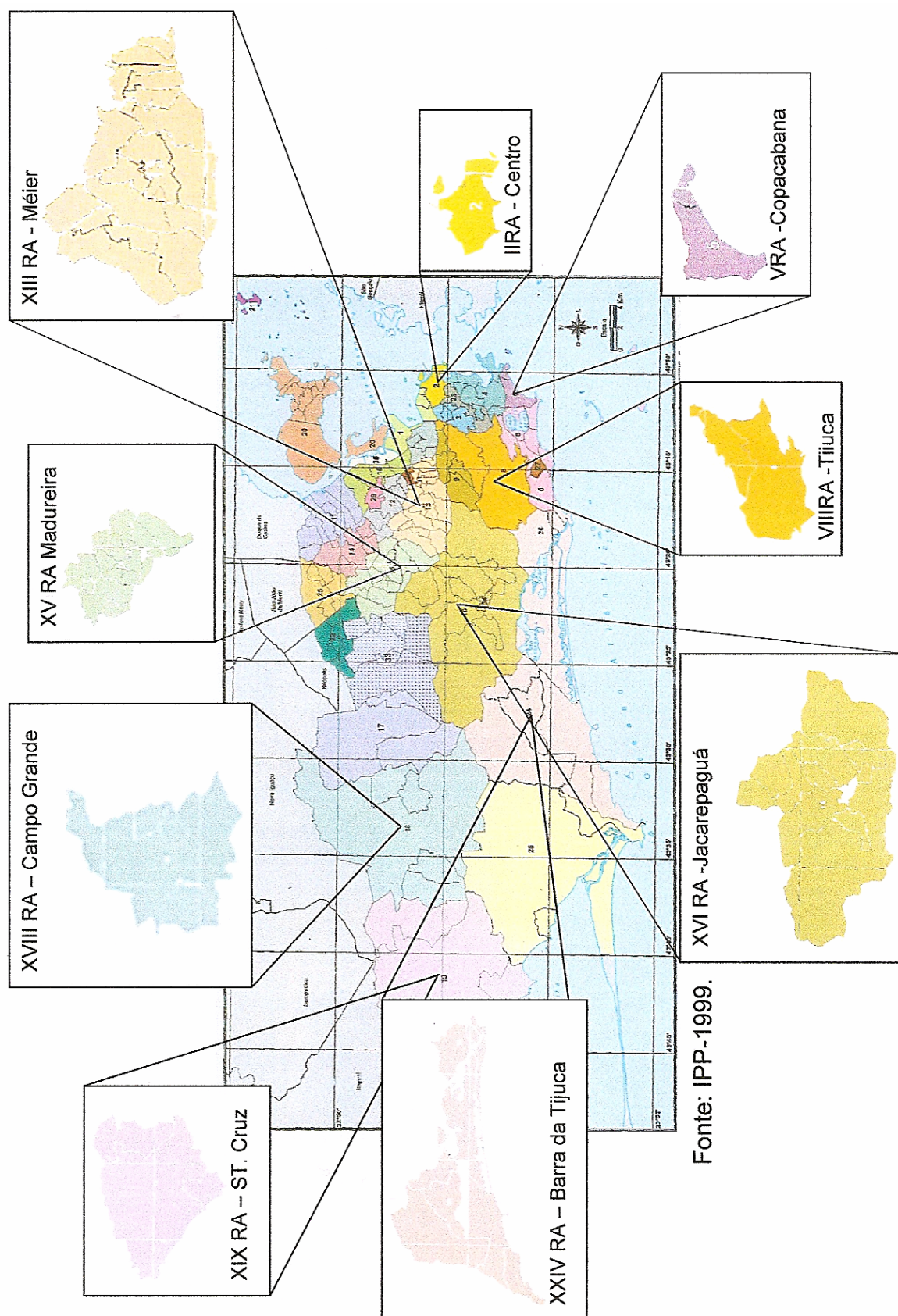
A segregação exemplificada na cidade do Rio de Janeiro

Ao avaliar a segregação segundo o padrão centro-periferia fez-se uma comparação da renda e o grau de instrução predominante entre as Áreas de Planejamento (AP's), algumas Regiões Administrativas (RA's) da cidade do Rio de Janeiro, e o bairro de Campo Grande, núcleo da XVIII RA (Campo Grande), com outros bairros considerados importantes subcentros da urbe carioca, a saber: Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira e Barra da Tijuca. A escolha das RA's que serão consideradas deu-se primeiro, por que na maioria destas encontram-se importantes subcentros da urbe carioca, são pólos de atração tanto para trabalho como para consumo, gerando fluxos constantes de trabalhadores e consumidores que necessitam de transportes públicos. O segundo motivo é o fato dessas RA's estarem espalhadas por todas as zonas da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se assim, representantes para exemplificar a segregação sócio-espacial vigente na urbe carioca (Figuras 2.3, 2.4).

Cabe ressaltar que dados estatísticos não revelam verdades por si só, mas, promovem indícios fortes que merecem considerações. Portanto, o objetivo em considerar a tendência de concentração a partir da renda e do grau de instrução é revelar a capacidade de estas áreas atraírem ou não a atenção do Estado e de empresas privadas em equipar estas com infra-estrutura que conferem qualidade de vida à população local, levando assim, não só a tendência de concentração, mas também, ratificando o processo de segregação espacial. Conforme Vetter e Massena (1981) existe a correlação entre a estrutura segregada da cidade com o poder político e econômico e como esses poderes exercem pressão sobre o Estado, de modo a promover uma distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura.

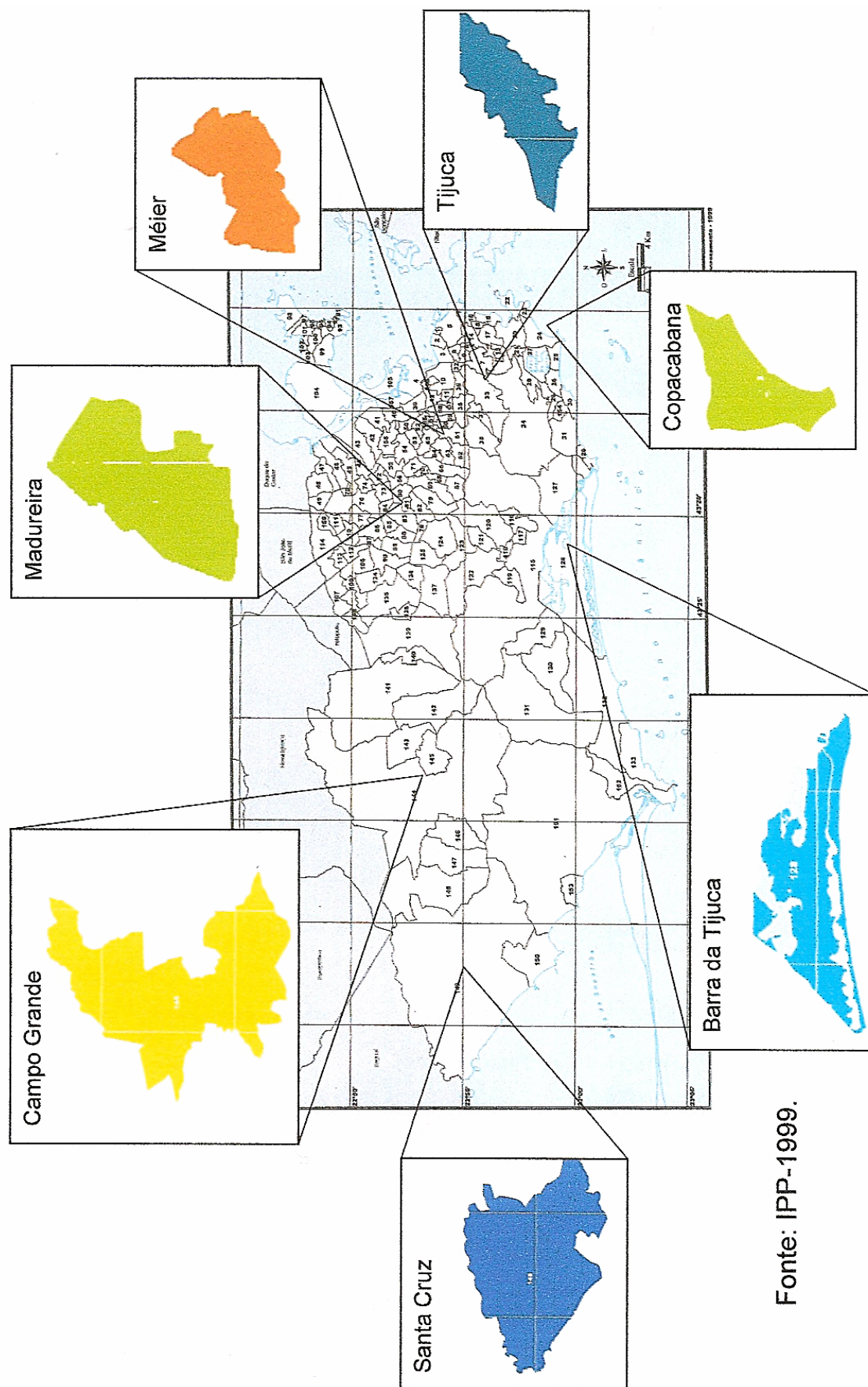
Os dados coletados com respeito à distribuição de renda entre as AP's, RA's e subcentros no município do Rio de Janeiro, foram divididos entre três faixas: a primeira de até cinco salários mínimos, a segunda de cinco a quinze, e a terceira acima de quinze salários mínimos. Analisando as AP's (Tabela 2.1), as que apresentam maior disparidade entre as faixas de salários são: AP 1, AP 3 e AP 5, onde a concentração salarial ocorre na faixa de até cinco salários mínimos. A AP 2 demonstra homogeneidade embora seja relevante a concentração na faixa de mais de quinze salários mínimos. Na AP 4, a maior concentração está na faixa até cinco salários mínimos.

Figura 2.3 – As RA's do Rio de Janeiro em comparação



Fonte: IPP-1999.

Figura 2.4 – Os bairros do município do Rio de Janeiro em comparação



Fonte: IPP-1999.

Posto isto, pode-se inferir a partir desses dados a tendência da segregação do tipo fragmentado/excludente na qual as faixas salariais estão distribuídas por todas as AP's da cidade, porém, há um maior peso das faixas salariais superiores nas AP's 2 e 4, relacionadas respectivamente à Zona Sul e à Barra da Tijuca. Em oposição, as faixas inferiores apresentam concentração nas AP's 1, 3, e 5, indicando a tendência a concentração de classes. Conforme aborda Villaça (2001), mesmo não ocorrendo a presença exclusiva de determinada camada de renda em uma área, o que determina a segregação é a sua concentração significativa.

Tabela 2.1 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nas AP's do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

AP's	Até 5 sal.	% da	De 5 a 15	% da	Mais de	% da	Total
		AP	sal.	AP	15 sal.	AP	
AP 1	170.548	62,52	70.966	27,27	18.767	7,21	260.281
AP 2	303.087	30,60	296.334	29,92	390.965	39,48	990.368
AP 3	1.424.530	62,61	675.387	29,69	175.253	7,7	2.275.170
AP 4	350.763	51,99	174.883	25,92	149.059	22,09	674.705
AP 5	1.143.308	74,15	351.429	22,79	47.203	3,06	1.541.940
Município	3.451.518	59,43	1.574.380	27,11	781.528	13,46	5.807.426

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Estas informações nos revelam que as classes sociais estão espalhadas pelo tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro conforme o padrão de segregação fragmentado/excludente. Porém, ainda pode-se observar o padrão centro-periferia principalmente se trabalharmos em nível de RA's e subcentros, onde as disparidades visivelmente aumentam. A V RA (Copacabana), VIII RA (Tijuca) e XXIV RA (Barra da Tijuca) apresentam uma distribuição similar na qual a maior concentração de renda está na faixa com mais de quinze salários mínimos, respectivamente, 42,4%, 36,5% e 49,9%, enquanto a II RA (Centro), XIII RA (Méier) e XVI RA (Jacarepaguá) demonstram um peso significativo na faixa de renda mais baixa, porém, não podemos desprezar a concentração na faixa de cinco a quinze salários mínimos, respectivamente: 38,9%, 37,2%, e 30,6%, demonstrando uma maior homogeneidade entre as duas primeiras faixas. A maior disparidade de renda entre as faixas das RA's consideradas está na XVIII RA

(Campo Grande), XV RA (Madureira) e XIX RA (Santa Cruz), na qual a maciça concentração ocorre na faixa até cinco salários mínimos com 71,2% no caso da primeira RA, 61,7% no caso da segunda e 82,6% no caso da terceira, conforme tabela a seguir.

Tabela 2.2 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nas RA's do município do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

RA's	Até 5 sal.	% da	De 5 a 15	% da	Mais de	% da	Total
		AP	sal.	AP	15 sal.	AP	
II Centro	20.444	53,11	14.974	38,9	3.074	7,99	38.492
V Copacabana	37.927	23,61	54.617	33,99	68.130	42,4	160.674
VIII Tijuca	55.842	31,18	57.878	32,31	65.393	36,51	179.113
XIII Méier	187.968	47,57	147.066	37,22	60.106	15,21	395.140
XV Madureira	230.189	61,69	121.284	32,5	21.689	5,81	373.162
XVI Jacarepaguá	259.491	55,9	142.227	30,6	62.527	13,5	464.245
XXIV B. da Tijuca	58.541	33,88	27.954	16,18	86.273	49,94	172.768
XVIII Cam.Grand.	343.993	71,25	121.393	25,14	17.438	3,61	482.824
XIX Santa Cruz	255.320	82,57	49.507	16,01	4.393	1,42	309.220

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

A próxima tabela (2.3) demonstra que o padrão indicado pelas RA's se repete entre os bairros que são seus núcleos, importantes subcentros escolhidos para exemplificar as regiões consideradas anteriormente. Sendo assim, percebe-se que na faixa até cinco salários mínimos estão concentradas nos bairros de Campo Grande, Madureira e Santa Cruz (65,9%, 60,4% e 83,4%). No bairro do Méier há uma distribuição mais homogênea entre as faixas, porém, com concentração na faixa de cinco a quinze salários (45,0%) e a Tijuca, apresenta um quadro similar, porém, com concentração na faixa acima de quinze salários (38,4%). A Barra da Tijuca desponta ao concentrar 73,0% na faixa acima de quinze salários. As maiores diferenças indicando a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro ficam em um extremo, Copacabana e Barra da Tijuca e no outro, Campo Grande e Santa Cruz.

Tabela 2.3 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nos bairros do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

Bairros	Até 5 sal.	% da AP	De 5 a 15	% da AP	Mais de 15	% da	Total
			sal.		sal.	AP	
Copacabana	34.045	23,23	50.951	34,77	65.549	42,0	146.545
Tijuca	47.348	29,18	52.620	32,43	62.308	38,39	162.276
Méier	12.310	24,06	23.039	45,03	15.813	30,91	51.162
Madureira	31.043	60,44	16.856	32,82	3.459	6,74	51.358
Barra da Tijuca	9.851	10,72	14.974	16,39	67.087	73,0	91.912
Campo Grande	195.291	65,88	86.257	29,1	14.866	5,02	296.414
Santa Cruz	159.523	83,42	28.963	15,15	2.735	1,43	191.221

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Ainda considerando-se a renda, as tabelas 2.4 e 2.5 a seguir demonstram o rendimento per capita por RA's e por bairros, além da concentração conforme os exemplos acima, onde as maiores rendas estão nas RA's mais próximas da Área Central do município do Rio de Janeiro e as menores rendas na periferia. De modo que, no que se refere à renda, o modelo centro-periferia se apresenta, incluindo Campo Grande e Santa Cruz nesta periferia com tantas disparidades entre faixas de renda e as menores rendas per capita das RA's e bairros considerados.

Tabela 2.4 – Rendimento domiciliar per capita por RA's do Município do Rio de Janeiro – em Reais (R\$) do ano de 2000

RA's	Rendimento per capita
	2000
II Centro (AP 1)	734,78
V Copacabana (AP 2)	1.922,74
VIII Tijuca (AP 2)	1.414,93
XIII Méier (AP 3)	705,24
XV Madureira (AP 3)	448,04
XVI Jacarepaguá (AP 4)	590,11
XXIV Barra da Tijuca (AP 4)	1.945,56
XVIII Campo Grande (AP 5)	348,76
XIX Santa Cruz (AP 5)	248,56

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Tabela 2.5 – Rendimento domiciliar per capita por bairros do Município do Rio de Janeiro – em Reais (R\$) do ano de 2000

Bairros	Rendimento per capita 2000
Copacabana	1.887,34
Tijuca	1.438,51
Méier	1.091,88
Madureira	468,53
Barra da Tijuca	2.722,13
Campo Grande	392,49
Santa Cruz	234,36

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Observa-se nas tabelas acima que, tanto na comparação feita entre RA's e subcentros, as maiores rendas per capita ficam respectivamente com Barra da Tijuca, Copacabana e Tijuca, enquanto que, as menores estão em Campo Grande e Santa Cruz. Corroborando a visão da segregação espacial centro-periferia.

A pesquisa de dados por grau de instrução foi feita através da média de anos de estudo por AP's, RA's e bairros. Conforme podemos visualizar na tabela 2.6, constatou-se que as AP's que apresentam a maior média de anos de estudo são: AP 2 e AP 4 (11,35 e 8,89 anos de estudo respectivamente) muito próximo ou acima da média do município do Rio de Janeiro (8,29 anos de estudo), num ponto intermediário estão a AP 1 e AP 3, com uma média respectiva de 7,8 e 7,7 anos de estudo. A média mais baixa é da AP 5, com 6,8 anos de estudo.

Tabela 2.6 – Média de anos de estudo por AP's do Município do Rio de Janeiro – 2000

AP's	Média de anos de estudo
AP 1	7,78
AP 2	11,35
AP 3	7,71
AP 4	8,89
AP 5	6,85
Município	8,29

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Ao considerar as RA's e os bairros, essas disparidades entre áreas se ratificam e ampliam, confirmando assim, o padrão de segregação núcleo-periferia. Conforme a tabela 2.7 abaixo, as médias maiores em anos de estudo estão nas RA's: II (Centro), V (Copacabana), VIII (Tijuca) e XXIV (Barra da Tijuca). Embora não sejam as RA's com menor grau de instrução da cidade do Rio de Janeiro, daquelas consideradas, as que apresentam a menor média de anos de estudo, e abaixo da média do município são: XVIII (Campo Grande) e XIX (Santa Cruz).

Tabela 2.7 – Média de anos de estudo por RA's do Município do Rio de Janeiro – 2000

RA's	Média de anos de estudo
II Centro (AP 1)	8,96
V Copacabana (AP 2)	11,78
VIII Tijuca (AP 2)	11,12
XIII Méier (AP 3)	9,33
XV Madureira (AP 3)	7,86
XVI Jacarepaguá (AP 4)	8,33
XXIV Barra da Tijuca (AP 4)	10,91
XVIII Campo Grande (AP 5)	7,16
XIX Santa Cruz (AP 5)	6,25

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Com respeito aos bairros escolhidos, núcleo das RA's trabalhadas, o padrão demonstrado é o mesmo, onde a maior média de anos de estudo se apresenta nos bairros da Área Central da cidade do Rio de Janeiro e das áreas mais próximas a esta. Os bairros mais afastados apresentam médias inferiores à do município que é de 8,3 anos de estudo, conforme estão indicados na tabela 2.8.

Tabela 2.8 – Média de anos de estudo por bairros do Município do Rio de Janeiro – 2000

Bairros	Média de anos de estudo
Copacabana	11,76
Tijuca	11,28
Méier	11,07
Madureira	7,92
Barra da Tijuca	13,25
Campo Grande	7,63
Santa Cruz	6,15

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Conforme evidenciado, através da renda e grau de instrução, a segregação no padrão centro-periferia se apresenta na cidade do Rio de Janeiro, embora, como mencionado, este processo possui tendências de maneira que, temos expressivas concentrações de faixas de renda mais altas e maior grau de instrução em áreas como Copacabana e Barra da Tijuca. No Centro, Jacarepaguá, Tijuca, Méier e Madureira, temos uma situação intermediária. Ao passo que, nas áreas mais afastadas da Área Central, ocorre a concentração maciça de renda na faixa mais baixa com menor grau de instrução, como é o caso de Santa Cruz e Campo Grande.

Outros dados reveladores dizem respeito aos equipamentos culturais de lazer que estão distribuídos desigualmente pela cidade do Rio de Janeiro. Esta consideração é importante por que tais equipamentos são geradores de tráfego, provocam a circulação de passageiros pela cidade para o consumo de lazer mais diversificado, ou excluem uma massa em virtude da distância. Serão apresentadas duas tabelas, uma comparando as Áreas de Planejamento e a outra as RA's que foram escolhidas como exemplificações.

Segundo a tabela 2.9 a seguir, as AP's 1 e 2 concentram juntas 66,32% (respectivamente 29,27% e 44,05%) dos equipamentos culturais totais da cidade

enquanto as AP's 3 e 4, 23,48% (respectivamente 10,52% e 12,96%). A AP 5, da qual Campo Grande faz parte, apresenta 3,20% dos equipamentos culturais totais.

Tabela 2.9 – Equipamentos culturais segundo Áreas de Planejamento – 2004

AP's	Total	Museus	Bibliotecas populares e especiali.	Escolas e sociedades musicais	Galerias de Arte	Espaços e Centros Culturais	Teatros e Salas de espetáculo	Cinemas
AP 1	192	51	32	13	34	19	36	7
AP 2	289	29	25	19	27	70	69	50
AP 3	69	8	10	-	6	2	12	31
AP 4	85	1	1	1	4	14	10	54
AP 5	21	-	4	-	5	-	6	6
Munic.	656	89	72	33	105	76	133	178

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

A tabela 2.10 demonstra os dados das RA's comparadas. Podemos perceber os padrões apresentados pelo grau de instrução e renda. As RA's que demonstram maior variedade e quantidade de equipamentos culturais são: Centro, Copacabana e Barra da Tijuca. As que demonstram uma situação intermediária são: Tijuca, Méier, Madureira e Jacarepaguá. Campo Grande demonstra uma situação intermediária embora não apresente uma variedade de equipamentos. Santa Cruz possui uma situação menor tanto em termos totais quanto na variedade.

Tabela 2.10 – Equipamentos culturais segundo RA's – 2004

RA's	Total	Museus	Bibliotecas populares e especiali.	Escolas e sociedades musicais	Galerias de Arte	Espaços e Centros Culturais	Teatros e Salas de espetáculo	Cinemas
II Centro (AP 1)	151	37	25	12	25	13	32	7
V Copacabana (AP 2)	50	1	1	4	3	23	14	4
VIII Tijuca (AP 2)	21	1	2	1	2	2	10	3
XIII Méier (AP 3)	11	4	2	-	1	-	4	-
XV Madureira (AP 3)	11	2	-	-	1	1	3	4
XVI Jacarepaguá (AP 4)	10	-	1	-	1	1	1	6
XXIV Barra da Tijuca (AP 4)	75	1	-	1	3	13	9	48
XVIII Campo Grande (AP 5)	12	-	1	-	2	-	3	6
XIX Santa Cruz (AP 5)	4	-	3	-	1	-	-	-

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Não estão disponíveis dados de equipamentos culturais por bairros. Mas, o apresentado nos ajuda a inferir que as áreas que foram as primeiramente ocupadas no Rio de Janeiro e as que apresentam maior poder aquisitivo são as que detêm o poder de atrair investimentos no que diz respeito à cultura e lazer. Sendo assim, a população que mora mais distante apresenta mais dificuldades impostas pela distância para se beneficiar destes que também significam qualidade de vida. Neste respeito, torna-se importante a avaliação dos transportes públicos e da capacidade de locomoção própria dos moradores do bairro em questão.

As constatações feitas até aqui são válidas para a abordagem a seguir em que será trabalhado o tema: transporte público de massa, como infra-estrutura importante na cidade ao conferir acesso ao trabalho, consumo e lazer e promover qualidade de vida à população e será feita uma relação entre este elemento estruturador e o processo de segregação.